

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como guia para políticas públicas em municípios pequenos



Luís Gustavo Branco
Universidade Federal do ABC

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1566

A Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentam uma nova forma para a concepção do desenvolvimento sustentável no debate internacional, posto que a escala local ganhou centralidade. Além de oferecer indicadores e metas de sustentabilidade, a estrutura inovadora dos ODS aponta para mudanças nos modos de governança, ao propor abordagens integradas e orientadas por evidências (Bornemann; Weiland, 2021).

No entanto, a incorporação dessa agenda nos territórios não ocorre de forma automática. No Brasil, onde a maioria dos municípios é de pequeno porte (cerca de 88% possuem menos de 50 mil habitantes), a implementação dos ODS esbarra em limitações estru-

turais, como baixa capacidade estatal, escassez de dados e insuficiência orçamentária. Assim, a utilização de tecnologias e instrumentos externos pode auxiliar os processos internos da gestão pública local. Essas ferramentas ajudam a garantir melhores resultados diante do aumento dos problemas complexos.

Com isso, pensar nos ODS como guia para políticas públicas em municípios pequenos possibilita uma abordagem inovadora, capaz de traduzir esses objetivos globais para a realidade local. Ferramentas de sistematização e monitoramento, como o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), tornam-se centrais nesse processo ao viabilizar a tomada de decisão baseada em evidências e fortalecer as capaci-

dades locais de planejamento e governança.

Os ODS e o IDSC-BR como instrumentos de política pública

O IDSC-BR constitui uma inovação no campo das políticas públicas ao operacionalizar os ODS na escala municipal. Este índice é uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis e garantiu que o Brasil fosse o primeiro país do mundo a avaliar o andamento das cidades no cumprimento da Agenda 2030 (Brasil, 2022). Esta ferramenta foi desenvolvida com base em indicadores oficiais e públicos, levando em consideração os dados disponíveis em nível nacional. Assim, permite uma análise integrada e adaptada localmente das dimensões sociais, econômicas e ecológicas do desen-

volvimento sustentável.

Do ponto de vista da inovação em políticas públicas, o IDSC-BR se insere em um contexto no qual os governos enfrentam novos desafios e operam em ambientes cada vez mais complexos, marcados por escassez de recursos, pressões sociais e necessidade de respostas rápidas e informadas, em um contexto agravado pelo avanço das mudanças climáticas. Assim, ao organizar dados em uma plataforma acessível, o índice amplia a capacidade dos tomadores de decisão, especialmente em municípios pequenos.

Mais do que um mecanismo de avaliação, o IDSC-BR pode ser utilizado como instrumento de apoio à gestão pública. Sua leitura aponta lacunas e boas práticas existentes nos municípios, e pode orientar a formulação, o monitoramento e a priorização de ações relativas às características e necessidades locais. Nesse sentido, o instrumento reforça práticas de governança orientadas por evidências e amplia o potencial de coordenação intersetorial no âmbito da administração municipal.

Inovação nas políticas públicas: um possível caminho

A literatura sobre inovação tem origem com Joseph Schumpeter, que a associou ao desenvolvimento econômico ao enfatizar seu papel na transformação dos sistemas produtivos. Posteriormente, o conceito foi incorporado ao campo da administração pública (Brandão; Bruno-Faria, 2012).

Mais recentemente, a inova-

ção em políticas públicas se tornou um campo crescente de pesquisa, impulsionado pelo aumento dos *wicked problems*, pela pressão por maior transparência e participação social e pela necessidade de ações mais eficazes (Cavalcante, 2025). Nesse contexto, adota-se, para fins analíticos, a inovação como uma alternativa aos modelos tradicionais de modernização da administração pública, voltada à melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços e ao fortalecimento das capacidades de resolver problemas públicos.

A inovação em políticas públicas não ocorre em um vácuo institucional, mas em um ambiente organizacional estruturado (OCDE, 2015). Com isso, os servidores públicos ocupam posição central nesse processo (Cavalcante, 2025). Entretanto, sua atuação depende do desenvolvimento de capacidades analíticas, organizacionais e operacionais, que permitam lidar com ambientes institucionais com-

plexos e transformar soluções inovadoras em resultados concretos para a sociedade.

Quando os dados provocam escolhas: São Bento do Sapucaí e os ODS como estratégia de inovação

A experiência de São Bento do Sapucaí, um pequeno município turístico do estado de São Paulo, com 11.674 habitantes, ilustra como a inovação em políticas públicas pode ocorrer a partir do uso estratégico de dados no processo decisório. No âmbito do projeto Governança de Políticas Públicas para Sustentabilidade (GPPS), foi apresentado aos secretários municipais o desempenho dos ODS através da plataforma IDSC-BR, juntamente com um diagnóstico socioeconômico e ambiental. Este documento foi citado no Plano Plurianual (PPA) do município, demonstrando a incorporação na gestão municipal da apresentação realizada e dos resultados encontrados, dada a necessidade contínua de dados



Figura 1 - Visão geral de São Bento do Sapucaí no IDSC-BR

Fonte: IDSC-BR (2025).

que subsidiem as decisões públicas locais. A Figura 1 apresenta uma visão geral do andamento dos ODS no município.

Dentre os dados situacionais do município compilados no IDSC-BR, destacou-se o baixo investimento em políticas de esporte – conforme Figura 2 e o

baixo desempenho em equipamentos esportivos municipais –, tema que se insere como indicador no ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, mas que se relaciona a outros ODS, como o ODS 3 – Saúde de Qualidade. A identificação dessa lacuna contribuiu para a gestão

municipal reconhecer o esporte como uma área estratégica para o desenvolvimento local, articulando políticas já existentes e reorientando prioridades orçamentárias e institucionais.

Como desdobramento desse processo, e também dos resultados obtidos através da en-

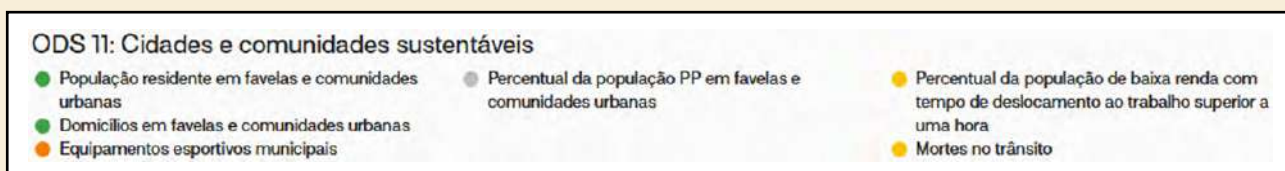


Figura 2 - Situação do ODS 11 para São Bento do Sapucaí no IDSC-BR

Fonte: IDSC-BR (2025).

quete realizada para o Plano Plurianual, onde essa questão teve destaque, o município passou a fortalecer a política pública de esportes, chegando à criação de uma secretaria específica para o tema, o que evidencia a inovação também como a capacidade de usar dados para redefinir agendas, reorganizar estruturas admi-

nistrativas e qualificar a ação pública. Esse movimento também evidencia a inovação como a capacidade de articular dados e informações para apoiar demandas populares, expressas por meio de processos participativos. A figura 3 ilustra o potencial dos ODS para a gestão pública de municípios pequenos.

O acesso a dados na escala local é fundamental para o planejamento e o monitoramento do desenvolvimento, especialmente em contextos de baixa capacidade estatal. Nesse sentido, a utilização do IDSC-BR contribuiu para fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências.

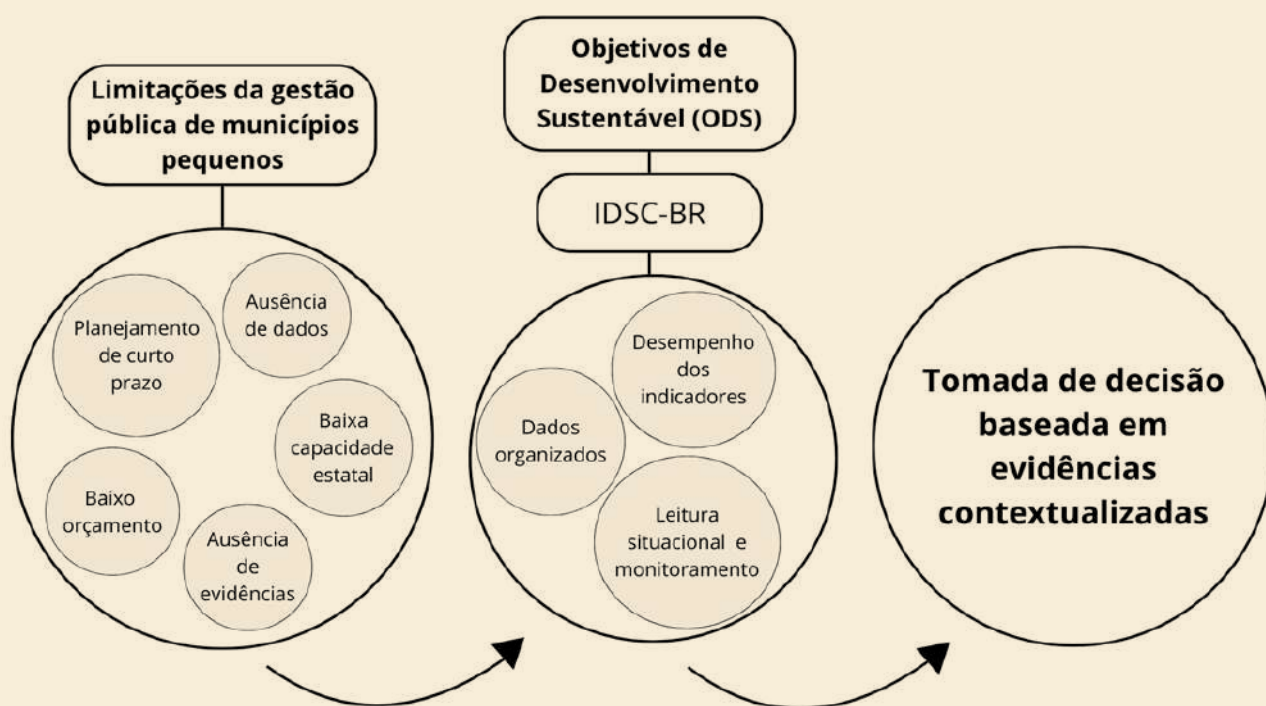


Figura 3 – Ilustração do potencial do uso dos ODS por municípios pequenos.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Considerações finais

A utilização dos ODS – através do IDSC-BR – como guia para políticas públicas em municípios pequenos possibilita um olhar situacional sobre as dimensões social, econômica e ambiental, mas necessita também do desenvolvimento de capacidades na gestão pública, assim como a participação, que possibilita maior legitimidade à gestão de inovar nas ações públicas. Em contextos marcados por escassez de dados e limitações técnicas, ferramentas como o IDSC-BR desempenham papel fundamental ao transformar informações dispersas em subsídios concretos para a ação pública.

Assim, ancorada no referencial da inovação em políticas públicas, a experiência analisada demonstra que os ODS podem qualificar a governança local. Inovar não significa apenas fazer algo novo, mas criar condições para que decisões públicas sejam melhor informadas, integradas e orientadas ao desenvolvimento sustentável. A criação dessas condições pode ser apoiada pelas universidades, que possibilitam novas perspectivas para o andamento dos trabalhos da gestão pública.

Agradecimentos

Pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos nº 2023/10192-6 e 2024/07440-0.

Referências bibliográficas

BORNEMANN, B.; WEILAND, S. The UN 2030 Agenda and the quest for policy integration: A literature review. **Politics and Governance**, n. 1, v. 9, p. 96–106, 2021. <https://doi.org/10.17645/pag.v9i1.3654>

BRANDÃO, S.; BRUNO-FARIA, M. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. **Rev. Adm. Pública**, n. 1, v. 47, p. 227-248, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000100010>

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Ferramenta permite avaliar Agenda 2030 em todos os municípios brasileiros**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2022/07/ferramenta-permite-avaliar-agenda-2030-em-todos-os-municipios-brasileiros>. Acesso em: 05 fev. 2026.

CAVALCANTE, P. Inovação em Políticas Públicas: uma agenda imperativa, mas ainda embrionária. In.: OLIVEIRA, V. E. (Org.) **Perspectivas Analíticas em Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025. p. 311-330.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Public sector innovation: An agenda for action. In: **Organisation for Economic Co-operation and Development**. The innovation imperative in the public sector: Setting an agenda for action. Paris: OECD Publishing, 2015. p. 11–17